

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N° \_\_\_\_\_, de 2015**

**(Do Sr. Deputado Marcos Rotta)**

Inclui as alíneas "d",  
"e", "f", "g", "h", "i"  
, no inciso V do  
artigo 32 da Resolução  
n° 17, de 1989 -  
Regimento Interno da  
Câmara dos Deputados.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1° . Inclui as alíneas "d", "e", "f", "g", "h", "i" ,  
no inciso V, do artigo 32 da Resolução n. 17, de 1989 -  
Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que passará a  
ter a seguinte redação:

Art.32.....

V - Comissão de Defesa do Consumidor:

a) .....

b) .....

c) .....

d) orientar os consumidores sobre seus direitos e  
garantias, por meio de resposta escrita a consultas  
formuladas por pessoas físicas e jurídicas;

e) receber, analisar, avaliar e apurar denúncias  
apresentadas por entidades representativas ou pessoas  
jurídicas de direito público, privado ou por consumidores  
individuais;

f) fiscalizar o cumprimento da legislação aplicável às relações de consumo e promover o ajuizamento de ações para defesa de interesses coletivos e difusos;

g) realizar audiências com intuito de dirimir conflitos pertinentes à relação de consumo, servindo de acordos firmados com o título de Termo de Ajustamento de Conduta, com força de título executivo extrajudicial, na forma da legislação aplicável;

h) formalizar representações junto aos órgãos do Ministério Público Federal, para fins de adoção de medidas processuais penais e civis, no âmbito das suas atribuições,

i) estabelecer parcerias com órgãos de defesa do consumidor do Poder Executivo e de organizações não governamentais.

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

## JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal, no artigo 58, dispõe que **"o Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou ato de que resultar sua criação"**.

O inciso III, do artigo 109, da Resolução 17 de , de 1989 - Regimento Interno da Câmara, trata sobre o objeto do projeto de Resolução, dentre eles a regulação de matérias da competência privativa da Câmara dos Deputados, de caráter político, processual e legislativo, além de matérias que versam sobre a natureza regimental da Câmara.

Logo, fica evidenciada a legitimidade da propositura, de tal forma que passaremos a demonstrar a necessidade da ampliação das atribuições da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados.

Esse projeto é um incentivo à criação de mecanismos eficientes para o controle de qualidade e segurança de produtos/serviços e para solução de conflitos de consumo, além de ser um modelo a ser seguido por todas as Casas Legislativas dos estados brasileiros.

A Constituição Federal/88, ao regular os direitos e garantias fundamentais no Brasil, estabelece em seu artigo 5º, XXXII, a obrigatoriedade da promoção pelo Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário) da defesa do consumidor.

O Estado passou a intervir nas relações obrigacionais, no início o seu intervencionismo se dava através da planificação de certas atividades, pela fiscalização e controle de certos negócios, pela fixação de quotas e preços mínimos, mas aos poucos, o intervencionismo estatal evoluiu de modo a fomentar a edição de leis limitadoras do poder de auto-regular, determinar cláusulas e o conteúdo de certos contratos de atividades imprescindíveis como transporte, fornecimento de luz, água, etc.

O objetivo é o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a

melhoria de qualidade de vida, bem como a exigência da transferência e harmonia nas relações de consumo.

Ao atribuir a Comissão de Defesa do Consumidor essas atribuições, mostra-se evidente que esta Casa visa, seja de forma conjunta ou individualizada a outros órgãos, envidar esforços e meios para atingir os fins eleitos pelo Código de Defesa do Consumidor.

Há um princípio basilar no direito do consumidor, o Princípio do dever governamental. A hipótese prevista no artigo 4º, II, VI e VII, do CDC ao estabelecer a exigência de ação governamental voltada à proteção efetiva do consumidor por iniciativa direta, incentivos à criação e desenvolvimento de associações representativas do Estado no mercado de consumo.

É a própria Constituição Federal que estabelece que o Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica, exercendo, como especifica atribuições do Código de Defesa do Consumidor, e sem prejuízo de outras leis especiais voltadas ao mercado de consumo, as funções de incentivo e planejamento, sendo esse determinante para o setor público e indicativo para o setor privado (art. 174)

Isso posto, peço aos meus nobres pares apoio para aprovação do presente Projeto de Resolução.

Sala das Sessões,

de Abril de 2015.

Dep. Marcos Rotta

PMDB/AM